

# Mercedes-Benz Leasing

# Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

### Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 155.616 mil (R\$ 141.331 mil em 31 de dezembro de 2024), um crescimento de 10,1%.

O lucro líquido no final do exercício de 2025 foi de R\$ 14.402 mil (R\$ 10.081 mil no exercício de 2024).

**Índice da Basileia**  
O índice de adequação de capital regulamentar é efetuado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A., composto pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., líder do conglomerado e pela Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil e em conformidade com a regulamentação atual.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice é de 13,17% (13,98% em 2024), o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 2.376.500 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.598.434 mil em 2024) e o Patrimônio Mínimo Exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 1.443.901 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.486.586 mil em 2024).

### Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de concessionários pela confiança e credibilidade. Em especial, agradecemos aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação e empenho diário para o bom funcionamento das nossas operações, possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Bernardo do Campo, 25 de março de 2026

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

Ativo	Nota	2025	2024
<b>Circulante e não circulante</b>		<b>208.078</b>	<b>208.078</b>
Disponibilidades	4	61	61
<b>Instrumentos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>159.479</b>	<b>159.479</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	145.712	145.712
Operações de arrendamentos mercantil	5	13.767	13.767
(-) Provisões		(1.793)	(1.793)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(1.793)	(1.793)
<b>Outros ativos</b>		<b>27.584</b>	<b>27.584</b>
Despesas antecipadas	7	60	60
Diversos	7	26.724	26.724
Ativos não financeiros mantidos para venda		800	800
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		<b>22.747</b>	<b>22.747</b>
Ativo fiscal diferido	6	22.747	22.747
<b>Permanente</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Imobilizado de uso		-	-
Imobilizado de uso próprio		22	22
(Depreciações acumuladas)		(22)	(22)
<b>Total do ativo</b>		<b>208.078</b>	<b>208.078</b>

Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante e não circulante</b>		<b>52.462</b>	<b>52.462</b>
Outros passivos		7.422	7.422
Fiscais e previdenciárias	9	4.182	4.182
Diversas	9	3.240	3.240
<b>Provisões</b>		<b>8.44.906</b>	<b>8.44.906</b>
Obrigações fiscais diferidas		134	134
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>155.616</b>	<b>155.616</b>
Capital	11	183.253	183.253
Reservas de lucros		11.215	11.215
Prejuízos acumulados		(38.852)	(38.852)
<b>Total do passivo</b>		<b>208.078</b>	<b>208.078</b>

(Em milhares de Reais)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>183.253</b>	<b>10.495</b>	<b>(52.417)</b>	<b>141.331</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 <sup>1</sup>	-	-	(117)	(117)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>183.253</b>	<b>10.495</b>	<b>(52.534)</b>	<b>141.214</b>
Resultado líquido do período	-	-	14.402	14.402
Destinação:				
Reserva legal	-	720	(720)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>183.253</b>	<b>11.215</b>	<b>(38.852)</b>	<b>155.616</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>720</b>	<b>13.682</b>	<b>14.402</b>
<b>Saldos em 1º de julho de 2025</b>	<b>183.253</b>	<b>10.774</b>	<b>(47.236)</b>	<b>146.791</b>
Resultado líquido do período	-	-	8.825	8.825
Destinação:				
Reserva legal	-	441	(441)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>183.253</b>	<b>11.215</b>	<b>(38.852)</b>	<b>155.616</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>441</b>	<b>8.384</b>	<b>8.825</b>

(Em milhares de Reais)

<sup>1</sup> Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), controlada diretamente pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., com sede na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento mercantil definidas pela legislação em vigor para suportar as vendas de veículos da marca Mercedes Benz. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**  
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 e nº 6.404/76, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), BACEN e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Demonstrações Financeiras da sociedade de arrendamento mercantil foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

A Sociedade, em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, optou pela isenção facultada pela norma de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, assim como na metodologia de cálculo das perdas associadas ao risco de crédito.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração utilize estimativas, as quais afetam determinados ativos e passivos, bem como informações relacionadas a provisões, passivos contingentes, receitas e despesas nos períodos apresentados. Como essas estimativas dependem do julgamento da Administração sobre a probabilidade de eventos futuros, os valores efetivos podem divergir dos estimados. Entre as principais estimativas estão: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisões para processos judiciais nas esferas cível, fiscal e trabalhista e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

Em 25 de março de 2026, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras autorizando sua divulgação a partir dessa data.

### b. Adoção de novas normas

**Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (Hedge Accounting, renegociação e reestruturação)**

• **Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito** (Art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

A Sociedade realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 194 mil (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 23% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024). Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - Probabilidade de inadimplência: Avaliação da chance de o ativo financeiro se tornar de difícil recuperação, considerando o prazo estimado de vigência do instrumento, o cenário econômico atual e projeções fundamentadas sobre possíveis mudanças nas condições de mercado e na economia. Também foram consideradas eventuais garantias ou colaterais vinculados ao ativo.

II - Expectativa de recuperação: Estimativa do valor que pode ser recuperado, levando em conta os custos envolvidos nesse processo, as características das garantias (como tipo, liquidez e valor provável de realização), além de dados históricos de recuperação de ativos com perfil semelhante.

III - Provisão para perdas incorridas: Aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/2023, conforme o tempo de atraso dos ativos inadimplidos, em linha com o artigo 76 da mesma norma.

Como resultado da adoção inicial desse modelo, foi reconhecido um impacto negativo no patrimônio líquido da Sociedade no valor de R\$ 117 mil, já considerando os efeitos tributários.

• **Aplicação dos critérios contábeis e tratamento tributário** (Conforme Resolução CMN nº 4.966/2021 e Lei nº 14.467/2022, com alterações da Lei nº 15.078/2024)

A partir de 1º de janeiro de 2025, a apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, considera as perdas incorridas na recuperação de créditos inadimplidos - independentemente da data de contratação - e de operações com pessoas jurídicas em processo de falência ou recuperação judicial, a partir da data de decretação ou concessão, respectivamente.

### Critérios para dedução fiscal:

A dedução deverá seguir os percentuais de perda incorrida conforme o tempo de inadimplemento. Importante destacar que, no exercício de 2025, perdas superiores ao lucro real não poderão ser deduzidas.

### Créditos inadimplidos até 31/12/2024:

A partir de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre créditos inadimplidos até o final de 2024, que ainda não tenham sido deduzidas, poderão ser excluídas do lucro líquido para fins de cálculo do lucro real e da CSLL, à razão de 1/84 por mês. Alternativamente, as instituições poderão optar, até 31 de dezembro de 2025, por realizar essa dedução à razão de 1/120 ao mês, sendo essa escolha irrevogável e irretroatável.

Os efeitos dessa legislação estão refletidos na expectativa de realização de créditos tributários e passivos fiscais diferidos, conforme demonstrado na Nota 6b.

### Renegociação e reestruturação de ativos financeiros

Para operações de reestruturação, o valor contábil dos ativos deve ser recalculado com base no valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Já nas renegociações que não se enquadram como reestruturação, o ativo deve ser reavaliado conforme os novos termos contratuais.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Até 31 de dezembro de 2026, é permitido o uso da taxa de juros efetiva repactuada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa reestruturados. A instituição optou por essa alternativa e apresenta os saldos reestruturados conforme os termos renegociados.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas alterações relevantes nas práticas e políticas contábeis adotadas pela Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., exceto aquelas diretamente relacionadas à implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023.

#### a. Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro: É qualquer contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

Os instrumentos financeiros da Sociedade são avaliados conforme as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, e classificados na categoria de Custo Amortizado.

Essa classificação considera o modelo de negócio e o resultado do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros), que verifica se os fluxos futuros representam apenas pagamentos de principal e juros.

#### Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e normas correlatas

A adoção da Resolução foi feita de forma prospectiva, com os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros reconhecidos diretamente em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, já líquidos dos efeitos fiscais Nota 2b.

O impacto da adoção inicial do modelo de perdas associadas ao risco de crédito foi registrado no patrimônio líquido, conforme descrito na Nota 2b, em conformidade com o art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

#### i) Avaliação do modelo de negócios

Segundo a Resolução, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio adotado pela entidade para gestão dos ativos e dos termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para avaliar os modelos de negócios, a Sociedade considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

#### ii) Avaliação dos fluxos de caixa contratuais - Teste SPPJ

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios voltado para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, ou para a combinação de recebimento de fluxos contratuais e venda, é necessário realizar o chamado teste SPPJ.

Esse teste verifica se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro correspondem exclusivamente a pagamentos de principal e juros. Para que esse critério seja atendido, os fluxos devem refletir apenas a remuneração pelo valor do dinheiro no tempo e pela exposição ao risco de crédito.

#### iii) Custo amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não tenha sido designado para mensuração ao valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial, será mensurado pelo custo amortizado quando forem atendidas ambas as condições abaixo:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo propósito é manter os ativos visando o recebimento de fluxos de caixa contratuais;

• Os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal ainda não quitado.

#### iv) Passivo financeiro

Os passivos financeiros devem ser classificados, como regra geral, na categoria de custo amortizado, exceto exceções.

A Sociedade possui apenas operações classificadas como Custo Amortizado.

#### v) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos futuros estimados de caixa - pagamentos ou recebimentos - ao longo da vida útil esperada de um ativo ou passivo financeiro, trazendo-os ao seu valor contábil bruto (antes de qualquer provisão para perda) ou ao custo amortizado, conforme o caso.

Na Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., o cálculo da taxa efetiva considera as receitas e custos de originação associados aos instrumentos financeiros, apropriados de forma linear ao longo da vigência dos contratos.

Os ativos e passivos financeiros classificados ao custo amortizado, originados a partir de janeiro de 2025, passaram a ser reconhecidos com base no método da taxa efetiva de juros. Já as operações de crédito iniciadas até 31 de dezembro de 2024 continuam sendo reconhecidas pela taxa contratual, conforme os termos originais dos contratos.

#### vi) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é mensurada conforme os critérios definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, especialmente o artigo 76, que trata das perdas incorridas em instrumentos financeiros - tanto para operações adimplidas quanto inadimplidas.

A Sociedade aplica a metodologia completa de apuração da provisão, conforme o tipo de carteira e os percentuais mínimos exigidos pela regulamentação.

#### Classificação das carteiras (C1 a C5)

De acordo com o artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023, os instrumentos financeiros devem ser classificados nas carteiras C1 a C5, com base em:

• Características da operação de crédito;

• Garantias prestadas; e

• Avaliação do aumento significativo do risco de crédito.

Essa classificação orienta o nível mínimo de provisão a ser constituído.

#### Estágios de Perda Esperada (Resolução CMN nº 4.966/2021)

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduz o conceito de perda esperada, considerando:

• Expectativas de eventos futuros;

• Condições econômicas; e

• Evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos.

As operações são classificadas em três estágios:

Estágio	Descrição	Critérios de classificação	Provisão reconhecida
<b>Estágio 1</b>	Operações em curso normal	Instrumentos financeiros recém-reconhecidos, sem aumento significativo de risco	Perda esperada para os próximos 12 meses
<b>Estágio 2</b>	Operações com aumento significativo no risco de crédito	Atraso superior a 30 dias ou aumento relevante na probabilidade de default (PD) em relação a PD inicial	Perda esperada ao longo da vida útil do ativo
<b>Estágio 3</b>	Operações com evidência objetiva de perda	Atraso superior a 90 dias, reestruturação da dívida, ou envolvimento em processo de recuperação judicial	Perda esperada totalmente reconhecida

A Sociedade realiza a mensuração das perdas associadas ao risco de crédito de forma individual ou coletiva, conforme a natureza da operação e o perfil da contraparte. Na avaliação individual, são considerados fatores como a situação econômica e financeira da contraparte, seu nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, qualidade da administração, governança corporativa, controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências legais, limites de crédito, bem como as características dos ativos envolvidos - incluindo natureza, finalidade, tipo, garantias, nível de liquidez e valor total.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	Nota	2º sem/2025	2025
<b>Recargas da intermediação financeira</b>		<b>12.226</b>	<b>21.320</b>
Resultado de operações de arrendamento mercantil	5	2.139	3.002
Rendas de aplicações em instrumentos financeiros	4	10.087	18.318
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>12.226</b>	<b>21.320</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>827</b>	<b>1.969</b>
Outras receitas operacionais	12	827	1.969
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(1.501)</b>	<b>(3.185)</b>
Outras despesas administrativas	13	(779)	(1.680)
Outras despesas operacionais	13	(722)	(1.505)
<b>Provisões</b>		<b>1.934</b>	<b>2.444</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(1.555)	(750)
Provisões para contingências	8	3.489	3.194
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>13.486</b>	<b>22.548</b>
<b>Tributos e participações sobre o lucro</b>		<b>(4.661)</b>	<b>(8.146)</b>
Provisão para imposto de renda	14	(1.817)	(4.059)
Provisão para contribuição social		(1.071)	(2.072)
Ativo fiscal diferido		(1.773)	(2.015)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>8.825</b>	<b>14.402</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>189.044.413</b>	<b>189.044.413</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>0,047</b>	<b>0,076</b>

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	2º sem/2025	2025
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8.825</b>	<b>14.402</b>
Outros resultados abrangentes do período	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>8.825</b>	<b>14.402</b>

(Em milhares de Reais)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	2º sem/2025	2025
<b>Atividades operacionais</b>		

# Mercedes-Benz Leasing

# Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

• Depreciação: reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84;

• Perdas de arrendamento a amortizar: referem-se ao valor residual atribuído, conforme determinado pela Portaria MF nº 564/78. Tais valores estão sendo amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sem impacto no resultado, uma vez que já foi reconhecido no resultado de períodos anteriores por meio da apuração da insuficiência de depreciação requerida pela Circular BACEN nº 1.429/89.

### f. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais, considerando a expectativa de vida útil econômica dos bens (instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, veículos e sistemas de processamento de dados - 20%).

### g. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

A probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

**Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

### h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano e de 15% para a contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20, e levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos.

### i. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a Sociedade utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado.

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nos quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

### j. Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**Despesas antecipadas** - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

**Resultado de exercícios futuros** - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

**Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos** - A Sociedade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2025
Disponibilidades	61
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>1</sup>	145.712
<b>Total</b>	<b>145.773</b>

<sup>1</sup> Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias ou com liquidez imediata que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no exercício de 2025 foi de R\$ 18.318, apresentado na rubrica "Rendas de aplicações em instrumentos financeiros".

### 5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### a. Composição da carteira de arrendamento mercantil

	2025
<b>Financeiro</b>	<b>13.767</b>
Arrendamentos financeiros a receber	17.357
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(17.246)
Credores por recebimentos antecipados	(110)
Credores por antecipação de valor residual	(1.542)
Imobilizado de arrendamentos financeiros	29.557
Depreciação acumulada de arrendamentos financeiros	(14.783)
Superveniência de depreciação	534
<b>b. Composição das operações de arrendamento mercantil por setor econômico</b>	<b>2025</b>
Indústria	1.503
Comércio	960
Outros serviços <sup>1</sup>	11.304
<b>Total</b>	<b>13.767</b>

<sup>1</sup> Serviços de transporte em geral.

#### c. Imobilizado de arrendamento

	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	840	(197)	643
Veículos e afins	28.717	(14.586)	14.131
Insuficiência de depreciação	-	534	534
<b>Total</b>	<b>29.557</b>	<b>(14.249)</b>	<b>15.308</b>

#### d. Resultado com operações de arrendamento mercantil

	2025
<b>Arrendamento financeiro</b>	<b>2.927</b>
Rendas de arrendamento financeiro	11.268
Depreciação de bens de arrendamento financeiro	(16.748)
Superveniência de depreciação	8.407
Lucro/prejuízo na alienação de bens arrendados	75
<b>Total</b>	<b>3.002</b>

#### e. Superveniência/Insuficiência de depreciação

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para instituições de arrendamento mercantil. De acordo com a Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021, a Sociedade registrou um ajuste em superveniência de depreciação em 2025 no valor de R\$ 8.407, classificada em despesas de operações de arrendamento mercantil financeiro, equivalentes ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinados com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo do ajuste para insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 534 e está classificado na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", no balanço patrimonial.

#### f. Concentração das operações de arrendamento mercantil

	2025	
	Valor presente	Proporção Carteira de Crédito (%)
Maior devedor	6.542	47%
10 maiores devedores	13.767	100%

#### g. Composição das operações de arrendamento mercantil por prazo de vencimento de parcelas

	2025
<b>Vencidas:</b>	<b>104</b>
<b>A vencer:</b>	<b>13.662</b>
Até 90 dias	2.258
91 a 360 dias	5.328
Acima de 360 dias	6.077
<b>Total</b>	<b>13.767</b>

#### h. Movimentação entre estágios da carteira de arrendamento mercantil

	2025			
	Saldo em 01/01/2025	Oriuandos do estágio 3	Originados/liquidados	Saldo em 31/12/2025
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>15.718</b>	<b>778</b>	<b>(4.985)</b>	<b>11.511</b>
Arrendamento financeiro	15.718	778	(4.985)	11.511
<b>Pessoa física</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>
Arrendamento financeiro	7	-	(7)	-
<b>Total</b>	<b>15.725</b>	<b>778</b>	<b>(4.992)</b>	<b>11.511</b>
	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Originados/liquidados	Saldo em 31/12/2025
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>1.502</b>	<b>(778)</b>	<b>1.532</b>	<b>2.256</b>
Arrendamento financeiro	1.502	(778)	1.532	2.256
<b>Total</b>	<b>1.502</b>	<b>(778)</b>	<b>1.532</b>	<b>2.256</b>

	2025			
	Saldo em 01/01/2025	Oriuandos do estágio 3	Originados/liquidados	Saldo em 31/12/2025
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>17.220</b>	<b>(3.453)</b>	<b>13.767</b>	<b>13.767</b>
Arrendamento financeiro	17.220	(3.453)	13.767	13.767
<b>Pessoa física</b>	<b>7</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Arrendamento financeiro	7	(7)	-	-
<b>Total</b>	<b>17.227</b>	<b>(3.460)</b>	<b>13.767</b>	<b>13.767</b>

#### i. Movimentação entre estágios da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	2025			
	Saldo em 01/01/2025	Oriuandos do estágio 3	Originados/liquidados	Saldo em 31/12/2025
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>(73)</b>	<b>(247)</b>	<b>263</b>	<b>(57)</b>
Arrendamento financeiro	(73)	(247)	263	(57)
<b>Total</b>	<b>(73)</b>	<b>(247)</b>	<b>263</b>	<b>(57)</b>

	2025	
	Saldo em 01/01/2025	Transferência para estágio 1
<b>Estágio 3</b>	<b>(970)</b>	<b>247</b>
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>(970)</b>	<b>247</b>
Arrendamento financeiro	(970)	247
<b>Total</b>	<b>(970)</b>	<b>247</b>

	2025	
	Saldo em 01/01/2025	Originados/liquidados
<b>Consolidado - 3 estágios</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(750)</b>
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(750)</b>
Arrendamento financeiro	(1.043)	(750)
<b>Total</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(750)</b>

### 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculados sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais serão realizados de acordo com a ocorrência de lucros tributáveis e os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas ou quando se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

#### a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa <sup>1</sup>	2.179	1.307	3.486
Provisão para contingências fiscais	2.427	1.456	3.883
Provisão para contingências cíveis	5.383	3.230	8.613
Outros	810	486	1.296
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>10.799</b>	<b>6.479</b>	<b>17.278</b>
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	-	5.469	5.469
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>10.799</b>	<b>11.948</b>	<b>22.747</b>

<sup>1</sup> Os efeitos do saldo diferido da provisão para perdas associadas ao risco de crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 77.

#### b. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025		
	Saldo inicial	Constituição	Saldo Realização final
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.014	757	(285)
Provisão para contingências fiscais	5.733	-	(1.850)
Provisão para contingências cíveis	8.595	428	(410)
Provisão Insuficiência	1.968	-	(1.968)
Outros	986	430	(120)
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>20.296</b>	<b>1.615</b>	<b>(4.633)</b>
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	6.356	-	(887)
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>26.652</b>	<b>1.615</b>	<b>(5.520)</b>

Os valores registrados como créditos tributários atendem aos critérios definidos na Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários serão realizados no prazo máximo de 10 anos à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

	Diferenças Temporárias		Base Negativa		Valor Presente
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Total	
Exercício					
2026	920	631	1.100	2.651	2.331
2027	243	146	1.154	1.543	1.193
2028	678	407	1.211	2.296	1.560
2029	245	147	1.270	1.662	993
Após 2029	8.531	5.119	734	14.384	6.711
<b>Total</b>	<b>10.617</b>	<b>6.450</b>	<b>5.469</b>	<b>22.536</b>	<b>12.788</b>

O valor presente dos créditos tributários calculados com base nas taxas médias de captação, em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 12.788.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante do crédito tributário não contabilizado de imposto de renda proveniente de prejuízo fiscal foi de R\$ 109.129, o qual será registrado contabilmente em "Créditos Tributários" quando apresentar efetiva perspectiva de realização.

### 7. OUTROS ATIVOS

#### a. Despesas antecipadas

	2025
<b>Circulante</b>	<b>60</b>
Comissões de fianças	60
<b>Total</b>	<b>60</b>
<b>b. Diversos</b>	<b>2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.151</b>
Impostos e contribuições a compensar	1.083
Valores a receber	68
<b>Não circulante</b>	<b>25.573</b>
Devedores por depósitos em garantia (Nota 8a)	25.244
Impostos e contribuições a compensar	329
<b>Total</b>	<b>26.724</b>

#### 8. PROVISÕES

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações cíveis, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2025	
	Provisões	Depósitos
Cíveis <sup>1</sup>	21.532	1.605
Fiscais - Federais <sup>2</sup>	23.374	23.374
Fiscal - Municipais <sup>3</sup>	-	265
<b>Total de provisões de contingências</b>	<b>44.906</b>	<b>25.244</b>

<sup>1</sup> Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de arrendamento mercantil e multas e IPVA não pagas.

<sup>2</sup> Referem-se a provisão com PIS e COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

<sup>3</sup> Referem-se a provisão com ISS.

#### b. Movimentação das provisões

	2025				
	Saldo inicial	Atualização	Adições	Reversões	Saldo Realização final
Cíveis	21.487	2.855	32	(2.740)	(102)
Fiscais - Federais	22.092	1.282	-	-	-
Fiscais - Municipais	4.623	552	-	(5.175)	-
<b>Total</b>	<b>48.202</b>	<b>4.689</b>	<b>32</b>	<b>(7.915)</b>	<b>(102)</b>

#### c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

No exercício de 2025 a Sociedade não identificou contingências ativas. As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 187, sendo em sua totalidade processos cíveis.

#### d. Resultado com provisões

	2º sem/2025	2025
Resultado de contingências fiscais	4.273	3.344
Resultado de contingências cíveis	(784)	(150)
<b>Total</b>	<b>3.489</b>	<b>3.194</b>

### 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a. Fiscais e previdenciárias

	2025
<b>Circulante</b>	<b>4.182</b>
CSLL	2.071
IRPJ	1.958
COFINS	115
PIS	19
ISSQN	18
Tributos retidos de terceiros	1
<b>Total</b>	<b>4.182</b>
<b>b. Diversas</b>	<b>2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.240</b>
Provisão para pagamentos a efetuar ISS	3.121
Provisão para despesas administrativas	119
<b>Total</b>	<b>3.240</b>

# Mercedes-Benz Leasing

# Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Em 31 de Dezembro de 2025

O cenário I foi estabelecido com base nos parâmetros da metodologia padronizada pelo Banco Central na Circular nº 3.876/18 do BACEN. Para o cenário II, foi considerado um fator de deterioração de 25% sobre o cenário anterior. Para o cenário de estresse III, foi considerado um fator de deterioração de 50% sobre o cenário inicial.

#### c. Risco de Crédito

Foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte do Banco.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, o Conglomerado tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito, arrendamento e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e mudanças que forem necessárias para mitigar os riscos associados aos negócios, sejam estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

#### d. Risco Social, Ambiental e Climático

É proveniente da possibilidade de perdas financeiras incorridas pelo descumprimento de deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral, bem como ao respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de ações que resultem na preservação ambiental e climática.

O Banco inicia sua análise internamente, colocando em primeiro lugar a sua responsabilidade social com seus colaboradores e o respeito ao meio ambiente, recusando qualquer tipo de discriminação na contratação e no emprego, recusando também a escravidão, o trabalho infantil, as ameaças a pessoas que defendem os direitos humanos e quaisquer outras infrações dos direitos humanos. Além de ter atenção especial à proteção de direitos trabalhistas fundamentais.

#### Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição aos riscos abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir,

monitorar e controlar a exposição aos riscos, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações.

#### Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição aos riscos.

Relatórios com situação de exposição aos riscos e seus limites operacionais são observados e analisados pela área de gerenciamento de riscos e seu cumprimento é apresentado durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte estão claramente documentados através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

#### e. Limites operacionais

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2025 o índice é de 13,17% conforme apresentado abaixo:

	2025
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.376.500</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>18.048.764</b>
<b>Risco de Crédito (RWACPAD)</b>	<b>17.257.966</b>
Privado não bancário	16.238.694
Público federal não bancário	933.119
Privado bancário	86.153
<b>Risco Operacional (RWAOPAD)</b>	<b>790.798</b>
<b>PR Mínimo para RWA<sup>1</sup></b>	<b>1.443.901</b>
<b>Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN</b>	<b>932.599</b>
<b>IB - Índice de Basileia</b>	<b>13,17%</b>
<b>Adicional de Conservação de Capital Principal</b>	<b>451.219</b>
<b>Margem Patrimônio de Referência - amplo</b>	<b>374.187</b>

**Índice de Basileia III**

**Patrimônio de Referência (PR)**

**Ativos ponderados pelo risco (RWA)**

**Risco de Crédito (RWACPAD)**

Privado não bancário

Público federal não bancário

Privado bancário

**Risco Operacional (RWAOPAD)**

**PR Mínimo para RWA<sup>1</sup>**

**Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN**

**IB - Índice de Basileia**

**Adicional de Conservação de Capital Principal**

**Margem Patrimônio de Referência - amplo**

## DIRETORIA

**TATIANA YOKAYAMA E SILVA**  
Diretora

**MARCELLO LARUSSA**  
Diretor

**VIVIANE JACOB**  
Diretora

**RAQUEL ASSIS**  
Diretora

**LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO**  
CRC 1SP 241853/O-6

## CONTADOR

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Aos

#### Diretores e Acionistas do

#### Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

São Bernardo do Campo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-014428/O-6

**Marco Antonio Pontieri**  
Contador - CRC 1SP153569/O-0

